



Escola promotora de saúde: um conceito interdisciplinar

Health promoting school: an interdisciplinary concept

Escuela de promoción de la salud: un concepto interdisciplinario

Lia Machado Fiuza Fialho¹

Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/Ceará, Brasil

Recebido em: 01/02/2021

Aceito em: 15/06/2022

Resumo

A pesquisa trata acerca da Escola Promotora de Saúde, objeto de estudo, mais especificamente sobre o conceito emergente para essa categoria temática. Objetiva discutir a proposta Escola Promotora de Saúde com ênfase às concepções disseminadas para a promoção da saúde na escola. Por intermédio de estudo teórico, do tipo revisão bibliográfica, considerou-se o documento “Escolas Promotoras de Saúde” produzido pela Organização Panamericana de Saúde e o documento “Promoção da saúde: 1998” elaborado pelo Ministério da Saúde do Brasil, bem como artigos científicos nacionais e internacionais publicizados na primeira década do século XXI, que versavam sobre o tema. Constatou-se que não existe uma única proposta de Escola Promotora de Saúde, no entanto, quanto ao conceito, há razoável concordância em considerar uma centelha que investe no desenvolvimento de atitudes positivas acerca da saúde, ao fomentar instalações seguras, confortáveis e higiênicas, com atmosfera psicológica favorável para a aprendizagem, o desenvolvimento humano e o fomento das relações interpessoais construtivas e harmônicas. Conclui-se que a proposta da Escola Promotora de Saúde ultrapassa visão reducionista de saúde física e defende ensino plural, crítico, dinâmico e contextualizado, todavia, limitada às condições materiais de cada escola.

Palavras-chave: Educação escolar. Promoção de saúde. Qualidade de vida.

Abstract

The research deals with the Health Promoting School, object of study, more specifically about the emerging concept for this thematic category. It discusses the proposal Health Promoting School, emphasizing the concepts disseminated for promoting health at school. Through a theoretical study, of the bibliographic review type, the document “Escolas Promotoras de Saúde” produced by the Pan American Health Organization and the document “Promoção da saúde: 1998” prepared by the Ministry of Health of Brazil, as well as articles in national and international scientific publications published in the first decade of the 21st century, which dealt with the Health Promoting Schools. It was found that there is no single proposal for a Health Promoting School, however, regarding the concept, there is reasonable agreement in considering a spark that invests in the development of positive attitudes toward health, by promoting safe, comfortable, and hygienic facilities, as well a favorable psychological atmosphere for learning, human development, and the promotion of constructive and

¹ lia_fialho@yahoo.com.br

harmonious interpersonal relationships. It is concluded that the proposal of the Health Promoting School goes beyond a reductionist view of physical health and defends a plural, critical, dynamic, and contextualized teaching, however, limited to the material conditions of each school.

Keywords: Schooling. Health promoting. Quality of life.

Resumen

La investigación trata sobre la Escuela Promotora de Salud, objeto de estudio, más específicamente sobre el concepto emergente para esta categoría temática. Tiene como objetivo discutir la propuesta Escuela Promotora de Salud enfatizando los conceptos difundidos para la promoción de la salud en la escuela. A través de un estudio teórico, del tipo revisión bibliográfica, el documento “Escolas Promotoras de Saúde” elaborado por la Organización Panamericana de la Salud y el documento “Promoção da saúde: 1998” elaborado por el Ministerio de Salud de Brasil, así como artículos nacionales y publicaciones científicas internacionales publicadas en la primera década del siglo XXI, que trataron sobre las Escuelas Promotoras de Salud. Se constató que no existe una sola propuesta de Escuela Promotora de Salud, sin embargo, en cuanto al concepto, existe un razonable acuerdo en considerar una chispa que invierte en el desarrollo de actitudes positivas hacia la salud, mediante la promoción de instalaciones seguras, cómodas e higiénicas, así como un clima psicológico propicio para el aprendizaje, el desarrollo humano y la promoción de relaciones interpersonales constructivas y armoniosas. Se concluye que la propuesta de la Escuela Promotora de Salud va más allá de una visión reduccionista de la salud física y defiende una enseñanza plural, crítica, dinámica y contextualizada, pero limitada a las condiciones materiales de cada escuela.

Palabras clave: Educación escolar. Promoción de la Salud. Calidad de vida.

Introdução

O ensaio, oriundo de um estudo dissertativo², articula duas áreas específicas e coexistentes, Educação e Saúde, e trata, mais especificamente, da Escola Promotora de Saúde (EPS). Segundo a Organização Panamericana de Saúde, a promoção da saúde na escola forma parte de uma visão integral do ser humano que considera as pessoas dentro do seu universo familiar, comunitário e social. As instituições que visam ao desenvolvimento de uma escola com instalações seguras, confortáveis, higiênicas, com atmosfera psicológica positiva para a aprendizagem, desenvolvimento humano, relações humanas construtivas e harmônicas e que promovem atitudes positivas acerca da saúde são consideradas EPS (OPAS, 1998; BRASIL, 2006).

A partir da redemocratização do Brasil, e mais especialmente após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), o trabalho educativo vem ganhando visibilidade e está em constante debate nas políticas públicas. A interface entre educação e saúde na escola tem avançado por intermédio da incorporação de novas concepções teóricas da educação e da saúde, como complementares. Nessa direção, houve a incorporação das práticas educativas em saúde

² A dissertação denomina-se “Qualidade de vida na infância: visão de alunos da rede pública e privada de ensino”, foi defendida no Programa de Pós-Graduação em saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

nas escolas, recomendadas não apenas nos currículos, mas também no cotidiano didático-pedagógico das instituições educativas. Ampliou-se também o diálogo entre os Ministérios da Saúde e da Educação, e potencializam-se as ações educativas em saúde nas escolas de educação básica, dentre essas iniciativas pode-se mencionar: os temas transversais que fomentam o trabalho com ética, cidadania, consumo, trabalho, multiculturalidade, meio ambiente, saúde e sexualidade no currículo; proposta que concebe as escolas como espaços propícios à implementação de ações de promoção da saúde; a confecção de materiais didático para alunos, alunos, professores, gestores e comunidade escolar sobre temáticas de saúde. As EPS, nessa direção, investem em fortalecer a interlocução entre Educação e Saúde, com o planejamento e o desenvolvimento de ações para a promoção saúde da comunidade escolar, em especial, dos alunos.

Contudo, nem todas as escolas podem ser consideradas EPS somente pelo fato de lecionar alguns conteúdos sobre saúde, ainda que reconheça a necessidade de trabalhar assuntos relacionados à saúde e que desenvolva saberes dessa natureza (FIALHO, 2019). Com efeito, questiona-se: quais as concepções mobilizadas para a formulação de uma proposta de Escola Promotora de Saúde? Para responder a essa inquietação desenvolveu-se um trabalho de pesquisa teórico com o objetivo de discutir a proposta Escola Promotora de Saúde com ênfase às concepções disseminadas para a promoção da saúde na escola.

Segundo a Organização Panamericana de Saúde (IPPOLITO-SHEPERD, 2006), para uma escola ser acreditada como EPS é necessário a elaboração de um planejamento que contemple documento específico de compromisso para o desenvolvimento da proposta, possuir um grupo de trabalho plural envolvido com a implementação da iniciativa – pais, alunos, professores, membros da gestão e integrantes da comunidade – e constituir um plano de ação que envolva a comunidade. Além disso, importa desenvolver atividades em pelo menos três áreas na interface com a saúde: da alimentação saudável; das atividades físicas; da prevenção de consumo de álcool, cigarro e drogas; da promoção da saúde bucal; da promoção de ambiente escolar saudável; dos fatores psicossociais protetores.

Destaca-se que os profissionais da educação básica já possuem inúmeras incumbências na escola, como zelar pelo ensino de qualidade e pela boa aprendizagem dos alunos, aproximar a família do acompanhamento das atividades escolares, elaborar tarefas, provas, planejamentos, relatórios, dentre outros documentos, controlar a disciplina, a assiduidade e a participação, desenvolver aulas dinâmicas com recursos e metodologias diversificadas, elaborar projetos pedagógicos, participar de reuniões, dentre tantas outras tarefas, permanecer em constante aperfeiçoamento e atualização

profissional etc. Tais atribuições não tornam fácil a atividade de adequar currículos, projetos pedagógicos, ambiente escolar, segurança alimentar, dentre outros requisitos da proposta da EPS, por sobrecarga de atribuições e à sobreposição de atividades escolares.

O sistema público de educação básica no Brasil tem-se apresentado com inúmeros problemas e graves consequências sociais, como evasão, dificuldades de aprendizagem, violência, marginalização, dentre outros (ALVES; FIALHO; LIMA, 2018). Essa realidade demonstra que o país precisa avançar no atendimento às necessidades da educação básica, já que ao final da segunda década do século XXI ainda se apresenta com índices educacionais abaixo do esperado, e “sem conseguir resolver os problemas fundamentais da Educação, entra no novo milênio com uma das piores realidades educacionais se comparada com a de outros países” (GUZZO, 2003, p. 25).

Consoante aos ensinamentos de Alves, Fialho e Lima (2018), acredita-se que a educação escolar desempenha atividade fundamental na construção de um indivíduo científico, pesquisador e produtor de conhecimento, logo, o contexto escolar precisa ser o mais atraente e estimulante possível, tanto para despertar o interesse do estudante em aprender saberes plurais como para empregá-los com vista a melhorar sua Qualidade de Vida (QV). Apesar da ênfase do trabalho escolar ser o ensino e aprendizagem, é indubitável a necessidade de dispensar atenção também para o ambiente e o contexto emocional e social em que se insere o aluno (AERTS *et al.*, 2004), haja vista que a escola representa um espaço dinâmico e hermenêutico que não pode ignorar a necessidade de um olhar holístico e multicultural sobre os alunos (ABU-EL-HAJ; FIALHO, 2019).

De acordo com Parreira (2002), o Ministério da Saúde do Brasil compreende que o período escolar é fundamental para se trabalhar a saúde na perspectiva de sua prevenção e reconhece que, além de a escola possuir uma função pedagógica que lhe é específica, expressa uma função social e política no intuito de transformação da sociedade voltada para melhorar a QV. Afinal, as crianças e jovens passam parte considerável da vida na escola, o que confere a esse ambiente característica favorável para a concretização de ações que promovam a promoção da saúde (RAJMIL, 2004).

Silva *et al.* (2019, p.1) desenvolveram uma revisão sistemática sobre “os critérios de acreditação dos estudos que avaliaram as ações de promoção da saúde e prevenção de fatores de risco das Escolas Promotoras de Saúde (EPSs)” e demonstraram que a maioria das escolas que se autodenominam como EPS não contemplarem todos os critérios para serem certificadas. Dessa maneira, atualmente, não há um contingente considerável de EPS.

A relevância do estudo consiste, todavia, na possibilidade de refletir a necessidade de a escola

estar atenta às questões relacionadas à promoção da saúde, que perpassam o âmbito físico e psicológico do estudante, ao ultrapassar o repasse de conteúdos curriculares descontextualizados. Na contramão, discute-se uma EPS compromissada com o desenvolvimento de saberes, que articulam a teoria e a prática, para formar alunos conscientes, críticos e atuantes em seus contextos para a transformação social com vistas a uma vida mais saudável.

Metodologia

O interesse sobre a temática EPS iniciou-se no curso de mestrado em Educação em Saúde desenvolvido na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), ainda no ano de 2006, ocasião em que se estudava sobre a QV de escolares das primeiras séries do ensino fundamental (FIALHO; VALDÉS, 2010). Ao pesquisar a QV dos estudantes, deparou-se com pesquisas e documentos, no âmbito nacional e internacional, que respaldavam a elaboração de propostas de EPS, considerando as diversidades regionais, que fortaleciam o investimento no aumento da QV das crianças.

Na ocasião, tornou-se oportuno compilar a produção bibliográfica sobre EPS para melhor compreender esse construto, assim como para entender como a implementação de uma EPS poderia colaborar para desenvolver a QV de estudantes de escolas que adotavam uma proposta nessa interface: Educação e Saúde. Percebeu-se que a discussão elaborada sobre a proposta EPS com ênfase às concepções disseminadas para a promoção da saúde na escola poderia ser viabilizada para a comunidade acadêmica e demais membros da sociedade interessados nesse assunto. Optou-se, então, por desenvolver uma pesquisa teórica, de revisão bibliográfica, considerando como fontes documentos e artigos científicos disponibilizados em acesso aberto na internet que ajudassem a compreender a categoria EPS.

Importa ressaltar que a pesquisa teórica é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos" (DEMO, 2000, p. 20). Nesse entendimento, buscou-se elaborar um ensaio compilando ideias veiculadas em documentos nacionais e internacionais, bem como conceitos já disseminados em estudos publicados na forma de artigos científicos.

Iniciou-se uma pesquisa acerca dos documentos que colaboravam para nortear a organização de uma EPS, elaborados em âmbito nacional e internacional, disponíveis eletronicamente. Foram priorizados os documentos: "Escolas Promotoras de Saúde" produzido pela Organização Panamericana

de Saúde e o “Promoção da saúde: 1998” elaborado pelo Ministério da Saúde do Brasil. Eles foram selecionados por serem os mais mencionados nos estudos brasileiros sobre a temática, ademais, eles possibilitaram compreender os fundamentos norteadores que impulsionaram a disseminação da ideia da necessidade de trabalhar interdisciplinarmente educação e saúde, com mote de promover saúde na escola.

Em seguida, buscou-se artigos disponibilizados na Biblioteca Virtual de Saúde, na primeira década do século XX, que versassem sobre EPS. Foram selecionados os artigos de Aerts *et al.* (2004); Brown (2004); Buss (2000); Catalán (2001); Moura *et al.* (2007); e Rajmil *et al.* (2004). Todavia, outros escritos foram mobilizados para dialogar com os referidos autores, a exemplo dos produzidos por: Kolbe (1996), McBride, Midford e Cameron (1999), Catrib (2003); Cerqueira (2002); Czeresnia *et al.* (2003); Ipollito-Sheperd (2003); Schalock e Verdugo (2003); Silva (2002); Silveira e Pereira (2004) e Parreira (2002).

Amparado na perspectiva de Demo (2000), o estudo em tela discute a categoria EPS, e formula um copilado de conceitos e compreensões já elaborados, que, sintetizados, possibilitam aprofundar o conhecimento da temática desde a reflexão acerca do que é consensual, já que o construto não abarca uma proposta universal e única. Esse gênero de estudo possibilitou lançar luz sobre possibilidades e dificuldades de os sistemas educacionais promoverem saúde por intermédio das EPS.

Desenvolvimento

Ainda que a educação escolar pública brasileira não consiga sequer atender a sua finalidade primordial, qual seja: preparar o aluno para o trabalho, para prosseguimento nos estudos e para o exercício da cidadania com qualidade (BRASIL, 1996a), é inegável que a escola é um espaço propício para desenvolver ações pedagógicas de caráter educativo, que podem desenvolver ações promotoras de saúde.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, no tema transversal saúde, por oportuno, tratam da questão da promoção da saúde na escola, por intermédio da educação para aquisição de habilidades que propiciem intervenções atitudinais, como se explica:

A promoção da saúde ocorre quando são asseguradas as condições para a vida digna dos cidadãos, e, especificamente por meio da educação, da adoção de estilos de vida saudáveis, do desenvolvimento de aptidões e capacidades individuais, da produção de um ambiente saudável, de eficácia da sociedade na garantia da implantação de políticas públicas voltadas para qualidade

de vida e dos serviços de saúde (BRASIL, 1997, p. 255).

Convém assinalar a relevância do empoderamento do sujeito, para que este possa agir em conformidade com seu bem-estar físico e psicológico, para melhorar sua QV (BROWN, 2004) e promover saúde. Logo, falar de EPS é necessariamente compreender que esta busca a QV das pessoas, somente possível de ser alcançada caso o estudante seja percebido em suas múltiplas dimensões e na interrelação com o seu contexto social, cultural, econômico, educacional e político. Entende-se que QV é

[...] uma noção eminentemente humana e abarca vários significados que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades. Tais significados refletem o momento histórico, a classe social e a cultura a que pertencem os indivíduos (MINAYO *et al.*, 2000; DANTAS, SAWADA, MALERBO, 2003). Schalock y Verdugo (2003) acentuam que os conceitos e modelos de QV [Qualidade de Vida] mudam potencialmente de país para país e, inclusive, de região para região dentro de um mesmo país (FIALHO; SANTANA; BRANDENBURG, 2015, p. 227)³.
(Tradução da autora)

Czeresnia (2003) acrescenta que a promoção da saúde se desenvolve por intermédio da construção da capacidade de escolha e da utilização do conhecimento com criticidade para visualizar as diferenças e as singularidade dos acontecimentos e das conjunturas, bem como por meio do fortalecimento da competência individual e coletiva para conviver com a diversidade dos fatores que condicionam a saúde. Faz-se necessário, então, compreender que a escola deve ser ambiente favorável para dar início à formação crítica da consciência, abolindo a imagem do professor como único detentor do saber (soberano), buscando bom relacionamento harmonioso entre educador e educando, que propicie equilíbrio de poder, sem coerção (VASCONCELOS; FIALHO; LOPES, 2018).

Uma escola que promove saúde, nessa compreensão, é aquela que possui ambiente salutar onde se aprende de uma maneira saudável e solidária com o meio e os pares. Para isso, a saúde está presente nos objetivos de todas as programações, com o escopo de propiciar o empoderamento do estudante para condutas e atitudes que proporcionem melhor QV, refletindo no bem-estar nas dimensões física, psíquica e social (CATALÁN, 2001).

A propósito, diversas Conferências Internacionais na área da Saúde esclarecem a ideia de promoção como um enfoque alternativo para as políticas de saúde em vários países, inclusive no Brasil (MOURA *et al.*, 2007). As propostas dessas Conferências, que servem de fundamento básico para a

³ [...] una noción eminentemente humana y abarca varios significados que reflejan conocimientos, experiencias y valores de individuos y colectividades. Tales significados reflejan el momento histórico, la clase social y la cultura a que pertenecen los individuos (MINAYO *et. al.*, 2000; DANTAS, SAWADA, MALERBO, 2003). Schalock y Verdugo (2003) acentúan que los conceptos y modelos de CV [calidad de vida] cambian potencialmente de país para país e incluso de región para región dentro de un mismo país. (FIALHO; SANTANA; BRANDENBURG, 2015, p. 227).

promoção da saúde e educação em saúde no âmbito escolar, foram produzidas em eventos que culminaram com a divulgação dos seguintes documentos (BRASIL, 1996b): Carta de Ottawa (1986), Declaração de Adelaide (1988), Declaração de Sundsvall (1991), Declaração de Bogotá (1992), Conferência do Caribe (1993), Declaração de Jakarta (1997), Declaração do México (2000), dentre outros (IPOLLITO-SHEPERD, 2003).

Esses documentos inferem que para se promover saúde na escola não é suficiente informar. É importante o diálogo como ferramenta básica de uma comunicação emancipadora, que envolva educandos, educadores e a sociedade em geral, em formação compartilhada e continuada, que vise a possibilitar mais saúde, paz, equidade, justiça, respeito às possibilidades e limites dos indivíduos, dentre outros (SCHALOCK; VERDUGO, 2003). Para o desenvolvimento de tal proposta, faz-se necessário conceber a educação como um processo dinâmico e tratar o conteúdo como algo a ser construído e desenvolvido, e não como substrato a ser transmitido de forma massificadora e arbitrária (FLORENCIO; FIALHO; ALMEIDA, 2017). Consequentemente, é necessário investir constantemente na formação de professores, tanto inicial como continuada, para que os profissionais da educação possam estar atualizados e aperfeiçoando sua práxis pedagógica (ARAÚJO; ESTEVES, 2017).

Foi elaborado, em 1991, pelo Ministério da Saúde e Educação, em parceria, o Programa de Escolas Promotoras de Saúde e, por intermédio do Despacho Conjunto nº. 271/98, o projeto de Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde. Esses projetos almejam fornecer apoio às escolas que queiram ingressar no processo de promoção da saúde (GONÇALVES, 2003). Infere-se que essas propostas de EPS estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento de objetivos almejados nos relatórios das Cartas de Promoção da Saúde (BRASIL, 1996b) e do Plano de Ação 2003-2012 (IPOLLITO-SHEPERD, 2006), da Iniciativa Regional Escolas Promotoras de Saúde. Para ser vinculado ao Programa de Escola Promotora de Saúde, a escola precisa englobar a promoção da saúde em seus planos de atividades e na prática pedagógica, desenvolvendo a educação em saúde e fomentando ações que possibilitem ao aluno a aquisição da capacidade de intervir em sua vida, bem como no meio em que está inserido, para melhoria de sua QV.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza como EPS a instituição de ensino que, além de se comprometer na adoção do projeto por no mínimo três anos, siga as orientações encaminhadas: efetivar prioritariamente ações para melhorar a saúde; obter recursos para o desenvolvimento das atividades; realizar parcerias intersetoriais relevantes; adotar princípio de responsabilidade social e ecológica para saúde pessoal e comunitária; desenvolver práticas de alta qualidade; executar o projeto

com eficiência e facilitar a avaliação e disseminação dos resultados (BRASIL, 1996b). A EPS, por ser interdisciplinar, pode englobar o trabalho conjunto de diversos profissionais (médicos, odontólogos, psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, educadores físicos, enfermeiros e tantos outros), visando à saúde física, mental e social dos educandos.

O ambiente escolar, todavia, constitui um espaço privilegiado para desenvolver junto às crianças e aos adolescentes a consciência da relevância não só da saúde física, mas também da saúde psicológica e mental; desenvolvidas desde a consolidação de valores positivos em relação à convivência harmônica, tendo como pilar básico o respeito à vida, aos valores, às possibilidades e às limitações distintas de seus semelhantes (FIALHO; VALDÉS, 2010). Nessa perspectiva, promover espaços educacionais saudáveis possibilita ao educando a consolidação de valores que propiciam o desenvolvimento de hábitos e atitude favoráveis à saúde e ao aprendizado (BUSS, 2000).

A promoção da saúde no âmbito escolar tem como um de seus componentes principais a educação para a saúde com um enfoque integral, em que se procura responder às necessidades dos alunos em cada etapa de seu desenvolvimento (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000). Não se limita a transmitir-lhes informação em determinadas matérias, mas busca desenvolver conhecimentos e habilidades que contribuam para que os educandos adotem modos de vida mais saudáveis (FIALHO; VALDÉS, 2010).

A elaboração de um programa integral de educação, contempla metas realistas que levam em consideração o meio em que se inserem os alunos, seus valores, crenças, situação socioeconômica, recursos disponíveis, conhecimentos prévios e até mesmo o nível de capacitação dos professores (BIERHALZ; FELCHER; DIAS, 2017). Para tal, a Política Nacional de Promoção da Saúde incentiva a articulação do Ministério da Educação com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde para promoção da saúde no espaço escolar.

Na proposta da EPS há a efetivação de programas, na escola, consoantes com a educação em saúde e a capacitação em habilidades para a vida, visando promover a adoção de estilos de vida e comportamentos saudáveis, a criação e manutenção de ambientes salutar, a provisão de serviços de saúde e alimentação, bem como a promoção de uma vida ativa (CERQUEIRA, 2002). Com efeito, a Escola Promotora de Saúde deve ser uma entidade interativa e dinâmica em todas as suas dimensões - física, social e educativa-, para desenvolver políticas e práticas que possibilitem mudanças de atitudes no que tange à promoção de ações saudáveis no âmbito escolar.

Kolbe (1996) definiu um modelo de EPS que englobava oito áreas de trabalho consideradas

essenciais, que posteriormente foram ampliadas em mais duas, por McBride, Midford e Cameron (1999), somando dez: Educação em saúde; Ambiente de saúde na escola; Educação física; Nutrição e serviços de alimentação; Serviços de aconselhamento; Atividades de promoção da saúde para os dirigentes da escola; Atividades de promoção integradas entre escola e comunidade; Serviços de saúde na escola; Envolvimento de pais e responsáveis; Gerenciamento e suporte da saúde na escola. Assim posto, Cerqueira (2002) acrescenta que a promoção da saúde se constitui um processo contínuo que contribui para o desenvolvimento de capacidades, habilidades e competências de cada pessoa e da comunidade em geral, com o objetivo maior de promover hábitos saudáveis e exercer plenamente a cidadania.

São de relevância capital os princípios elencados por Catrib (2003), pois eles podem orientar as práticas sociais da EPS, quais sejam: o reforço ao sujeito social para capacitá-lo a cuidar de si e agir em grupo na defesa da promoção da saúde; a valorização da subjetividade e intersubjetividade no processo de conhecimento da realidade, privilegiando o diálogo como expressão da comunicação; o estímulo à participação; a utilização de estratégias que permitam a coexistência da interface de várias áreas do conhecimento; o reconhecimento da dimensão afetiva no processo de transformação; o incentivo e fomento de avanços e parcerias por meio de redes sociais de apoio.

Ainda que Kolbe (1996), McBride, Midford e Cameron (1999), Catrib (2003), dentre outros estudiosos tenham desenvolvido um formato de EPS, não existe, contudo, um modelo universal, pois embora as propostas e objetivos a serem alcançados se assemelhem, a forma como a situação educacional será concretizada e a dinâmica que a escola vai adotar para o trabalho de educação em saúde vai variar de acordo com o projeto político pedagógico e adaptando-se às necessidades e circunstâncias local ou regional de cada instituição. Portanto, Fialho, Machado e Sales (2014) lecionam que a EPS deverá ser um espaço de construção que não se relaciona com o modelo mecanicista e compartimentado da educação, que, por vezes, ainda é vivenciado na atualidade, a propósito, em não sendo obrigada a escola se constituir como EPS, essa deve ser uma opção pensada e discutida com toda a comunidade escolar.

A visão de EPS pretendida se substancia mediante a concretização da escola inclusiva – mundo concebido em suas diversas interações e relações –, portanto idealiza-se “uma escola envolvida em uma ampla rede de conexões, sistêmica, promotora do ser humano, que perceba a natureza como fonte de vida e que discuta as relações do e no ambiente sob a ótica da bioética” (MOURA *et al.*, 2007, p. 494). A acepção de Aerts *et al.*, (2004, p. 1024) complementa o exposto:

A escola contribui na construção de valores sociais, crenças, conceitos e maneiras

de conhecer o mundo e interfere diretamente na produção social da saúde, na medida em que atua na inclusão ou exclusão social. Reconhecendo isso, a escola cidadã tem como diretriz central a inclusão social e contribui para a promoção da saúde na proporção que busca formar sujeitos críticos, criativos e conscientes e que proporciona a aprendizagem de acordo com as necessidades e possibilidades dos alunos.

Para se promover saúde na escola não é suficiente informar. É importante o diálogo como ferramenta básica de uma comunicação emancipadora, que envolva educandos, educadores e a sociedade em geral, em formação compartilhada e continuada, que vise a possibilitar mais saúde, paz, equidade, justiça, respeito às possibilidades e limites dos indivíduos, dentre outros. Inclusive, importa perceber que o modelo de saúde que se constitui complexo e dinâmico, oferecendo uma oportunidade de ação integrada que engloba saberes produzidos nos mais distintos campos do conhecimento, envolvendo diversas dimensões humanas.

Quando se trata da escola é fundamental pensar na EPS, visto que prover de saúde vai além do simples fato de isentar o educando de doenças, pois essa ação significa englobar as diferentes dimensões humanas, considerando a afetividade, a criatividade, a amorosidade e a busca da felicidade como fatores de relevâncias equiparadas e indissociáveis das demais dimensões (LIMA; SANTOS, 2018).

De acordo com Parreira (2002), o Ministério da Saúde do Brasil compreende que o período escolar é fundamental para se trabalhar a saúde na perspectiva de sua prevenção e reconhece que, além de a escola possuir uma função pedagógica que lhe é específica, expressa uma função social e política no intuito de transformação da sociedade. Ele esclarece,

O setor educacional, no entanto, dada a sua capilaridade e sua abrangência é, potencialmente, um aliado importante para a concretização de ações de promoção da saúde voltadas para o fortalecimento das capacidades dos indivíduos para a tomada de decisões favoráveis à sua saúde e de sua comunidade, para a criação de ambientes saudáveis e para a consolidação de uma política intersectorial voltada para a qualidade de vida, pautada no respeito ao indivíduo e tendo como foco a construção de uma cultura de saúde (PARREIRA, 2002, p. 127).

Continuamente se tem considerado a escola como um ambiente propício para o desenvolvimento de ações educativas voltadas para o desenvolvimento saudável, para tal, importa ensejar singular atenção à sua estrutura física, aos aspectos curriculares e aos projetos políticos e pedagógicos sem secundarizar a importância da promoção da saúde (CARVALHO; DAMASCENO; MOURA, 2019). Na contramão, uma insuficiente atenção tem sido propiciada para o ambiente institucional e os contextos emocional e social em que se insere os alunos, o que produz práticas essencialmente tradicionais e descontextualizadas, pouco estimulantes, que relegam o bem-estar físico, psicológico,

social e mental dos estudantes a menor importância, como se tais aspectos fossem responsabilidade de profissionais outros, que não se articulam com a escola (PEREZ, 2012; MORAIS; SANTOS; 2019).

No Brasil, os modelos de EPS são geralmente vinculados às instituições públicas, que trabalham com classe social de poder aquisitivo baixo, no entanto, as propostas são pertinentes, independentemente das condições econômicas dos alunos. Como exemplo, pode-se mencionar o modelo do Rio de Janeiro que, até 2002, englobava trabalhos em uma rede de 120 escolas municipais de educação, com o intuito de desenvolver no espaço escolar ações mais reflexivas e críticas a respeito do conceito de saúde. Nessa perspectiva, prioriza-se investimentos na promoção da saúde com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade escolar:

A Escola Promotora de Saúde do município do Rio de Janeiro pressupõe um trabalho na ótica da inclusão e de participação em que a escola também possa representar o equipamento social que protagonize a ação de mudança desse quadro desfavorável, o que não significa que a escola sozinha possa reverter essa situação, mas que somado a ação de diferentes parceiros da área social possa representar o pólo irradiador desse conjunto de ações de uma rede de atores comprometidos com mais justiça social e econômica, solidariedade e equidade, portanto comprometidos com a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida da comunidade, do bairro, da cidade (SILVA, 2002, p. 140).

Na perspectiva de Silva (2002), quando a EPS envolve a comunidade escolar na luta por justiça social é possível desenvolver o compromisso, tanto com a promoção da saúde como com a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. De acordo com as ideias de Silveira e Pereira (2004), a proposta da EPS revela um avanço do sistema de ensino brasileiro por oferecer um panorama promissor nas questões de educação, pois: favorece a flexibilidade e a adequação dos conteúdos às diferentes realidades; cria e desencadeia o processo de descentralização do poder; estimula a criatividade e a autonomia na elaboração do projeto pedagógico; encoraja a participação da comunidade e busca trabalhar com parcerias visando à adequação e ao aperfeiçoamento do projeto escolar. Afinal,

[...] a proposta atual é que a escola assuma seu real papel social, colaborando na ampliação da visão de saúde como resultante, não apenas do desempenho individual, mas do enfrentamento de questões de ordem coletiva relacionadas a todo o cenário socioeconômico-cultural, visto o meio ambiente como parte desse cenário (SILVEIRA; PEREIRA, 2004, p. 122).

Com concepção parecida, o estado de São Paulo também desenvolve um projeto de EPS, intitulado Escolas Saudáveis, englobando algumas escolas do município. Segundo Silveira e Pereira (2004), a faculdade de saúde pública em parceria com a prefeitura desenvolve diversas ações para apoiar as EPS, quais sejam: Educação inclusiva; Saúde da criança e do adolescente; Orientação sexual;

Saúde da comunicação humana; Saúde ocular; Saúde bucal; Prevenção de acidentes e Prevenção ao uso indevido de drogas. Urge ressaltar que essas temáticas são trabalhadas com os alunos inseridos na escola, de maneira concreta, por intermédio de intervenções educativas e práticas, possibilitando a melhoria na saúde e a apreensão de ensinamentos norteadores para o desenvolvimento de condutas saudáveis.

Gonçalves (2003) exemplifica diversas experiências de EPS no Brasil, além das duas já mencionadas anteriormente: 1) Escola Ribeirinha, situada na Vila do Conde no Distrito do Porto, trabalhando temas relacionados à educação alimentar, sexualidade, prevenção do câncer, luta contra a Aids, dentre outros, visando desenvolver habilidades para que cada pessoa possa confrontar positivamente consigo e com o meio, construindo um projeto de vida congruente com o exercício pleno da cidadania; 2) Escola Secundária Amato Lusitano, situada em Castelo Branco, trabalha assuntos relativos à prevenção das dependências químicas, à prevenção de agravos na saúde e aos hábitos saudáveis de vida e de convivência, objetivando a consolidação da promoção da saúde na escola; 3) Escola Penalva do Castelo, situada no município de Penalva do Castelo, que trabalha nas temáticas de prevenção de infecção pelo HIV, prevenção de toxicodependências, prevenção da hepatite, higiene pessoal, sexualidade, alcoolismo, gravidez, comportamento de risco, alimentação racional e doenças sexualmente transmissíveis; 4) Escola Secundária de Estarreja, situada no município de Estarreja, que desenvolve temas relacionadas ao sedentarismo, ao álcool, às infecções sexualmente transmissíveis, dentre outras, objetiva intervir na promoção da saúde para gerar ambientes locais mais seguros ao vislumbrar uma educação que perpassa a pura instrução e se concretiza na ação do aprendiz em sua própria vida e na comunidade em que está inserido.

Na proposição da Escola Promotora de Saúde não há espaço para o preconceito ou a exclusão, busca-se uma escola democrática, como espaço motivador e propício para aquisição de hábitos de vida saudável, o que facilita o alcance dos quatro pilares básicos da educação editados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO): aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver junto (DELORES, 1998). Afinal, em sociedade tão rica em culturas, etnias, raças, crenças ou valores, é de precípua importância despertar nos aprendizes a capacidade de saber conviver com as diferenças, respeitando o próximo. Edgar Morin (2001, 2003), em suas obras, elaboradas a pedido da UNESCO, retrata a relevância de saber conviver com a diferença:

[...] uma das vocações essenciais da educação do futuro será o exame e o estudo da complexidade humana. Conduziria à tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência,

da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra [...] (2001, p. 61).

Com objeto de respeito à diversidade, o modelo educativo, seja ele qual for, deve alcançar a todos de forma igualitária, sem qualquer tipo de exclusão em relação à raça, deficiência física ou mental, sexo, renda, moradia, dentre outras, pois é de irrefutável importância reduzir as desigualdades de acesso, para que cada escola adquira o melhor nível de ensino-aprendizagem ao maior número de pessoas possível. A EPS, ao buscar promover a saúde na escola considerando as múltiplas dimensões do humano, configura-se relevante, por ensejar ações concretas para propiciar maiores benefícios nas condições de saúde do aluno, na perspectiva física, emocional, social, econômica e cultural, empoderando-o para a adoção de uma postura crítica e atuante na sociedade com o objeto de melhorar a sua QV e da sua comunidade.

Por fim, destaca-se que a OPS (2022) publicou recentemente um documento denominado *Making every school a health-promoting school: implementation guidance* que reconhece que as EPS, embora sejam um modelo propagado há mais de 25 anos, não se constituiu no mundo como um sistema sustentável e totalmente integrado, pois um número reduzido de países implantou sua proposta em larga escala. No entanto, ressalta no teor do texto, mais uma vez, a importância de os sistemas educativos promoverem a saúde e o bem-estar dos alunos, dos profissionais da escola e da comunidade, especialmente, em tempos de crise sanitária causada pela COVID-19.

Considerações finais

Com efeito, questiona-se: quais as concepções mobilizadas para a formulação de uma proposta de Escola Promotora de Saúde? Para responder a essa inquietação desenvolveu-se um trabalho de pesquisa teórico com o objetivo de discutir a proposta Escola Promotora de Saúde com ênfase às concepções disseminadas para a promoção da saúde na escola.

Ao revisitar publicações de autores nacionais e internacionais, bem como de documentos normativos que discutiam a EPS, observou-se que não há uma proposta única e universal, tampouco uma definição cabal de EPS. A emergência de uma proposta de EPS leva em consideração a realidade em que se insere a escola, ou seja, o contexto social, cultural, econômico e político que envolve a comunidade escolar. Constatou-se, no entanto, que mesmo permitindo adequação ao projeto político da escola, existe uma razoável concordância em considerar que a EPS investe na promoção do

desenvolvimento de atitudes positivas no âmbito da saúde, ensejando importância a instalações seguras, confortáveis e higiênicas para os profissionais e estudantes. Além dos cuidados com a parte arquitetônica, investe-se em uma atmosfera psicológica favorável para a aprendizagem, harmônica e dialógica, que possibilita o desenvolvimento humano e o fomento das relações interpessoais construtivas.

Algumas experiências de EPS foram citadas para demonstrar que o projeto além de não ser utópico é viável, tais como: o projeto de EPS intitulado Escolas Saudáveis, que engloba algumas escolas do município de São Paulo; a Escola Ribeirinha, situada na Vila do Conde no Distrito do Porto; Escola Secundária Amato Lusitano, situada em Castelo Branco; Escola Penalva do Castelo, situada no município de Penalva do Castelo; Escola Secundária de Estarreja, situada no município de Estarreja. Essas experiências não comportavam a mesma maneira de trabalhar o conhecimento, nem priorizavam as mesmas temáticas relacionadas à saúde, mas adotavam a promoção da saúde como uma meta central no desenvolvimento das suas atividades.

Foi possível compreender que a proposta da EPS não estabelece uma visão reducionista de saúde física, ao contrário, defende um ensino inclusivo, plural, crítico e contextualizado. Alvitra, na sua concepção pedagógica, a práxis na interface com a realidade dos estudantes, ao respeitar suas especificidades individuais, culturais e sociais, para fomentar a educação para a saúde de maneira holística e interdisciplinar, com práticas pedagógicas dinâmicas e envolventes, de modo que o estudante se torne protagonista na melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

Referências

ABU-EL-HAJ, Mônica Farias; FIALHO, Lia Machado Fiuza Fialho. Formação docente e práticas pedagógicas multiculturais críticas. **Revista Educação em Questão**, v. 57, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/17109>. Acesso em: 10 maio 2020.

AERTS, D. *et al.* Promoção da saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1020-1028, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000400017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 mai. 2020.

ALVES, Francione Charapa; FIALHO, Lia Machado Fiuza Fialho; LIMA, Maria Socorro Lucena. Formação em pesquisa para professores da educação básica. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, p. 285, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/8582>. Acesso em: 10 maio 2020.

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio; ESTEVES, Maria Manuela Franco. A formação docente, inicial e contínua, para o trabalho com adultos em Portugal: o olhar dos professores. **Educação & Formação**, v. 2, n. 4, p. 18-35, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/121/104>. Acesso em: 10 out. 2019.

BIERHALZ, Crisna Daniela Kraus; FELCHER, Carla Denize Ott; DIAS, Lisete Funari. Os fóruns como estratégia didática para a construção do conhecimento. **Educação & Formação**, v. 2, n. 5, p. 75-94, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/137/120>. Acesso em: 10 de out. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Lei N.º 9.394, 1996a. Brasília - DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 29 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da educação e do desporto. Secretaria do ensino fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Promoção da saúde**: 1998. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/sps>. Acesso em: 20 jul. 2006.

BRASIL. **Promoção da Saúde - Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sunsvall, Declaração de Bogotá**. Brasília, Ministério da Saúde, 1996b.

BROWN, Margaret; GORDON, Wayne. Empowerment in Measurement: “Muscle,” “Voice,” and Subjective Quality of Life as a Gold Standard. **Arch Phys Med Rehabil**, v. 85, n. 2, p.13-20, 2004. Disponível em: [https://www.archives-pmr.org/article/S0003-9993\(03\)01231-0/fulltext](https://www.archives-pmr.org/article/S0003-9993(03)01231-0/fulltext). Acesso em: 20 jul. 2006.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 163-177, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-8123200000100014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 abr. 2020.

CARVALHO, Mark Clark Assen de; DAMASCENO, Ednaceli Abreu; MOURA, Maria do Socorro Lima. Navegando em águas turvas no campo da política e da formação de professores. **Revista Exitus**, v. 9, n. 3, p. 169-196, 2019. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/940>. Acesso em: 05 abr. 2020.

GAVIDIA CATALAN, Valentín. La transversalidad y la escuela promotora de salud. **Revista Española de Salud Pública**, Madrid, v. 75, n. 6, 2001. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1135-57272001000600003. Acesso em: 05 abr. 2020.

CATRIB, Ana Maria Fontenele *et al.* Saúde nos espaços escolares: contribuições para uma reflexão. *In*: BARROSO, Maria Grasiela Teixeira *et al.* **Educação em saúde**: no contexto da promoção humana. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2003.

CERQUEIRA, Maria Teresa. Promoción de la salud en la región de las Américas. *In: Memorias III Reunión Latinoamericana de Escuelas Promotoras de la Salud*. Quito: Ecuador, 2002.

CZERESNIA, Dina *et al.* **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. Qualidade de vida comparada: alunos da escola pública e privada. **Perspectiva**, v. 37, p. 636-653, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e507050>. Acesso em: 10 mai. 2020.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; VALDÉS, Maria Teresa Moreno. **Qualidade de Vida na Infância: Visão de Alunos da Rede Pública e Privada de Ensino**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo. Qualidade de Vida Infantil: uma proposta desde a escola promotora de saúde. *In: SANTANA, José Rogério et al. (Org.). Bioinformática, Ciências Biomédicas e Educação*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 187-278.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos; SALES, José Albio Moreira de. As correntes do pensamento geográfico e a Geografia ensinada no Ensino Fundamental: objetivos, objeto de estudo e a formação dos conceitos geográficos. **Educação em Foco**, v. 17, p. 203-224, 2014. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/432>. Acesso em: 10 mai. 2020.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine. La calidad de vida infantil y sus dimensiones: percepción de escolares. **Barbarói**, n. 45, p. 227-241, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/5065>. Acesso em: 10 mai. 2020.

FLORENCIO, Loudes Rafaella Santos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. Política de Formação de Professores: A ingerência dos Organismos Internacionais no Brasil a partir da década de 1990. **Holos**, v. 5, p. 303-312, 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5757>. Acesso em: 10 mai. 2020.

GONÇALVES, Fernanda Denardin. **A promoção da saúde na educação infantil: relatos de estudos avaliativos**. Fortaleza: UNIFOR, 2003. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação em Saúde, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2003.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. Saúde psicológica, sucesso escolar e eficácia da escola: desafios do novo milênio para a psicologia escolar. *In: DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (Org.). Psicologia Escolar e Educacional: Saúde e Qualidade de Vida*. Campinas, SP: Editora Alínea, p. 25-42, 2003.

IPOLLITO-SHEPERD, Josefa. A promoção da saúde no âmbito escolar: a iniciativa regional escolas promotoras de saúde. *In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Escola Promotora de Saúde*. Rio de Janeiro, 2003.

IPPOLITO-SHEPERD, Josefa. **Escolas Promotoras de Saúde. Fortalecimento da Iniciativa Regional. Estratégias e linhas de ação 2003-2012**. Série Promoção da Saúde. n. 4. Washington: OPAS, 2006.

KOLBE, Lloyd. Diez etapas para ayudar a los centros escolares a convertirse en “escuelas promotoras de la salud”. *Revista de la Organización Mundial de la Salud*, v. 4, p. 32-35, 1996.

LIMA, Juliana dos Santos; SANTOS, Gilberto Lima dos. Valores, educação infantil e desenvolvimento moral: concepções dos professores. *Educação & Formação*, v. 3, n. 8, p. 153-170, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/275>. Acesso em: 05 abr. 2020.

MCBRIDE, Nyand; MIDFORD, Richard; CAMERON, Iain. An empirical model for school health promotion: the Western Australian School health project model. *Health Promotion International*, v. 14, n. 1, p. 17-25, 1999. Disponível em: <https://academic.oup.com/heapro/article/14/1/17/624131>. Acesso em: 10 de out. 2019.

MINAYO, Cecília de Souza Minayo; HARTZ, Maria de Araújo Hartz; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*

ERROR: syntaxerror
OFFENDING COMMAND: --nostringval--

STACK:

```
(          cvt "~," <      fpgm...,x          $glyf D W "0 Y head -z'          6hhea ' ^  
)  
-mark-  
/sfnts
```